



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XVIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

O governo de Mohamed Morsi: A crise da democracia na  
política interna do Egito em 2012

Jéssica Portes Pereira

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais

Orientador: Professor Doutor Pio Penna Filho

Brasília  
2017

## **RESUMO**

O artigo apresenta os diversos fatos ocorridos no Egito, desde a queda de Hosni Mubarak e a revolta popular que culminou na chamada Primavera Árabe, em 2011, à posse de Mohamed Morsi como presidente do Egito, em 2012. A chegada ao poder de Morsi em um Egito que clamava por um governo democrático e voltado para o povo e suas necessidades. Há a análise do governo de Morsi, mostrando seus erros cometidos, as revoltas populares e suas causas, a pressão para que renunciasse até a sua queda e a tomada de poder por parte dos militares. É apresentado também a influência do grupo Irmandade Muçumana nesse processo, as motivações e o surgimento do grupo dentro do Egito.

Palavras-chave: Irmandade Muçumana; Primavera Árabe; Mohamed Morsi.

## **ABSTRACT**

The article presents the facts that resulted in the fall of Hosni Mubarak and the popular revolt raise that culminated in the called Arab Spring, in 2011, to the inauguration of Mohamed Morsi as president of Egypt, in 2012. Morsi's inauguration happened in a Egypt who clamed for a democratic and people-oriented government. There is the analysis of Morsi's government, showing its mistakes, the popular revolts and their causes, the pressure to renounce his office and his removal along with the military takeover. It also presents the influence of the Muslim Brotherhood group in this process, the motivations and the emergence of the group within Egypt.

Keywords: Muslin Brotherhood; Arab Spring; Mohamed Morsi.

## INTRODUÇÃO

No início dos anos 1920, o Egito deixou de ser uma colônia inglesa. Nessa mesma época, surgem no Egito diversos grupos de pensamentos politizados. Dentre esses grupos, está a Irmandade Mulçumana.

A Irmandade Mulçumana nasceu como um grupo com o objetivo de pregar o islã para os egípcios. Passou a ser uma grande organização política na época da Segunda Guerra Mundial. Em determinado momento procurou influenciar diretamente na política do Egito, elegendo deputados e parlamentares. O grupo cresceu e se expandiu para vários outros países.

A Irmandade se classifica como uma organização política de viés religioso, e como tanto, passa a ser oposição ao governo de Hosni Mubarak, que atuou por 30 anos como líder de Estado.

Em 2011, a população se revolta contra Mubarak e esse episódio fica conhecido como a Primavera Árabe do Egito. O evento fica marcado na história do país e das nações árabes.

Em uma onda de pedidos de democratização real do governo do Egito, acontece a queda de Mubarak. Ocorrem então eleições presidenciais. O candidato ligado à Irmandade Mulçumana, Mohamed Morsi, vence e assume o cargo. Morsi foi o primeiro presidente do Egito que chega ao poder através de eleições livres, com um nível tangível de concorrência entre os candidatos envolvidos.

Este artigo está estruturado em três tópicos. O primeiro tópico é um panorama da Irmandade Mulçumana. Em especial, o histórico de como a Irmandade surgiu no Egito, como se organiza e seus principais líderes. Ademais, é analisada a influência política que a Irmandade tem no Egito.

O segundo tópico trata sobre as condições que levaram Mohamed Morsi à presidência do Egito. Para tanto, traz uma contextualização do final do governo de Mubarak e as manifestações que o derrubaram, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe. Além disso a pesquisa continua mostrando como Morsi foi escolhido para concorrer ao cargo de presidente e sua campanha eleitoral, até sua vitória.

O terceiro tópico desta pesquisa mostra o breve governo Morsi. São apresentadas as ações de Morsi como presidente e os fatos que culminaram no levante popular contra esse líder. Por fim, é apresentada a queda de Mohamed Morsi.

## 1. A Irmandade Mulçumana

A Irmandade Mulçumana é uma organização islâmica que tem como objetivo unificar os países de população muçulmana e implementar a Sharia. (ALVAREZ, 2013)

A Sharia é um sistema de leis criadas anos após a morte do profeta Maomé, para reger a vida dos mulçumanos. Dentro dela existem princípios fixos e princípios mutáveis, os chamados hadith.

Os princípios fixos tratam de questões pessoais como casamentos e heranças. Já os princípios mutáveis tratam sobre os tipos de penas que devem ser aplicadas para diferentes crimes, cabíveis de interpretações pessoais, governamentais e da Corte Estatal. “A lei é baseada no Alcorão, o livro sagrado do Islamismo, e na biografia do profeta Maomé, considerado o mais devoto dos seguidores, cuja vida inspirou estudiosos a reunirem os princípios, conhecido como ‘hadith’”. (G1, 2011b)

A Irmandade acredita que o islamismo é a solução para que o Estado e a sociedade sejam bem guiados. Por isso, acreditavam que se os Estados se guiassem pela Sharia, estes viveriam em paz e harmonia.

Suas irmandades são independentes uma da outra. Cada Irmandade utiliza políticas diferentes, que são adaptadas para cada região onde a Irmandade está localizada, porém sempre com base na Sharia. São cerca de 70 países entre Oriente Médio, África e Ásia que tem uma ramificação da Irmandade Mulçumana.

### 1.1. A Irmandade Mulçumana no Egito

A Irmandade Mulçumana surgiu no Egito em 1928. Seu líder e criador no país foi Hasan al-Banna. Banna nasceu em um vilarejo perto de Alexandria em 1906 e foi criado sob ensinamentos rigorosos do islã. Decidiu se tornar professor e partiu para o Cairo, em 1923, para completar seus estudos. Já no Cairo, Banna ficou chocado com o movimento ateu que se expandia pela cidade. (RUBIN, 2010)

Procurando reverter a situação, uniu um grupo de alunos de uma mesquita e de sua faculdade, para pregar o islamismo em mesquitas e cafés do Cairo. Depois de se formar, Banna começou a trabalhar como professor na cidade de Ismailiya, no Canal do Suez. Lá, ele continuou a pregar o islamismo, agora em mesquitas, associações religiosas e cafés. Um dia, um grupo de trabalhadores o procurou, buscando sua

sabedoria religiosa, e, com eles, Banna iniciou a Sociedade da Irmandade Muçumana. (RUBIN, 2010)

Precursora dos movimentos islamitas do final do século 20, a confraria da Irmandade Muçulmana foi fundada em março de 1928 em Ismália, por um professor primário de nome Hassan Al-Banna, 26 anos. Ele ambicionava instaurar nos Estados árabes um regime teocrático alicerçado sobre o Corão e a ‘sharia’ — a lei islâmica. (ALTMAN, 2014)

Inicialmente, o objetivo da Sociedade era fazer com que os membros recebessem conhecimento correto sobre o islamismo. Banna adotou o título de al-Murshid al-Amm, ou seja, Guia Geral. Algum tempo depois, movimentos ligados à sociedade começaram a aparecer pela região do Canal do Suez. (RUBIN, 2010)

Em 1932, Banna foi transferido para o Cairo, e lá passou a ser a base da Irmandade Muçumana. A partir daí a Irmandade Muçumana cresceu de forma rápida, se espalhando para outros países. Foi com essa influência da Irmandade Muçumana, que Banna aproveitou para se envolver na política, já em 1938. (RUBIN, 2010)

Com inspiração em políticas nacionalistas e anti-britânicas, como a de Hitler e Mussolini, Banna desenvolveu um conceito do Islã como um sistema totalitário. A partir de então, a Irmandade Muçumana passou a ser profundamente envolvida em política.

Durante a segunda Guerra mundial, Banna se posicionou contra a Inglaterra. Como resultado, ele e seus seguidores foram banidos do Cairo. Por um breve momento, foram presos, e as reuniões e publicações da comunidade foram banidas. Com esse confronto, Banna aproveitou para fortalecer o grupo e, após a Guerra, a Irmandade Muçumana havia ganhado mais poder. (ZOLLNER, 2009)

Sua ideologia atraiu egípcios muito religiosos que não acreditavam mais em seus políticos. Com o suporte à causa palestina e a posição contra os britânicos, a Irmandade se tornou popular entre os egípcios nacionalistas.

Com o final da Guerra, o Egito sofreu com o aumento da inflação e com uma grande taxa de desemprego. A Irmandade passou a oferecer escolas e serviços hospitalares para a classe urbana e trabalhadora. Dessa forma, a Irmandade conseguiu

reunir milhões de membros e simpatizantes. “Após a Segunda Guerra Mundial, a confraria já reunia mais de dois milhões de partidários no Egito. Ela está também presente nos países árabes vizinhos, como a Palestina e a Síria.” (ALTMAN, 2014)

O maior competidor da Irmandade Muçulmana, o Wafd, partido liberal nacionalista, tinha perdido grande poder por consequência a seu apoio aos britânicos. Na tentativa de recuperar sua credibilidade, fez uma aliança com os comunistas, que haviam crescido consideravelmente dentro do Egito. O anticomunismo e antagonismo de Banna com o Wafd, o aproximou do Rei do Egito, Faruq, que garantiu à Irmandade suporte econômico e espaço para semear suas ideias.

Os anos pós-Segunda Guerra geraram grandes instabilidades no Egito e em seu sistema parlamentar. Ocorreram conflitos entre diferentes grupos e o assassinato de políticos se tornou algo frequente. O líder Banna acabou sendo assassinado em 12 de fevereiro de 1949. (ALTMAN, 2014)

Após o assassinato de Hasan al-Banna, um novo Guia assumiu a Irmandade Muçulmana. Sayyid Qutb era um líder mais radical que Banna. Qutb cultivava um sentimento de ódio pelos países do ocidente que surgiu quando estes países passaram a apoiar Israel no cenário internacional. Com as ideias de Qutb, e este sendo o centro do pensamento da Irmandade, a ideia do radicalismo islâmico nasceu. (FERNANDES, 2017)

Assume como líder de Estado o militar Gamal Abdel Nasser, que procurou Qutb para trabalhar com ele. (LOPES, 2011) “Uma vez no poder, Nasser restabelece os direitos da Irmandade Muçulmana e tenta atrai-la para o seu partido e o seu governo.” (ALTMAN, 2014)

Durante o governo do General Nasser, Qutb começou a escrever contra o governo, que era o oposto do que este imaginava ser o ideal para o Egito. Isso gerou um ambiente de tensão entre os membros da Irmandade e o líder de Estado, Nasser.

Em 1954 um ativista islâmico atirou em Nasser, durante um discurso. Após esse episódio, Lopes (2011) afirma que Nasser passou a ser um herói para as massas e começou a perseguir a Irmandade Muçulmana, ordenando prisões. Por fim, Qutb foi condenado a sentença de morte. “Segue-se uma onda de repressão com milhares de prisões e dezenas de execuções. Os bens da confraria são sequestrados. A repressão

culmina com a execução, em 1966, de Sayyid Qutb, 60 anos, ideólogo radical da Irmandade [...].” (ALTMAN, 2014)

Com o presidente Hosni Mubarak no poder, muitos integrantes da Irmandade que haviam sido presos nos períodos anteriores foram libertados. Ainda, com a autorização da participação de partidos políticos de oposição ao governo nas eleições, a Irmandade começou a controlar muitos sindicatos. “Hosni Mubarak, quem substituiu Sadat na chefia do Egito, autoriza o funcionamento da confraria, apenas na condição de associação civil, não partidária.” (ALTMAN, 2014)

Com o poder e a influência da Irmandade crescendo cada vez mais, o grupo conseguiu um grande número de cadeiras no Parlamento. O presidente decidiu intervir nos sindicatos e passou a acusar a organização de incitar a violência. Como consequência, Mubarak decretou prisão para vários membros da Irmandade, incluindo líderes como al-Shater, que havia anunciado que concorreria ao cargo de presidente do Egito nas eleições que viriam.

Com a queda do presidente Mubarak do poder, a Irmandade legalizou seu partido político, o Partido Liberdade e Justiça, e conseguindo na primeira eleição, quase metade das cadeiras na Assembleia do Povo. Com uma influência dentro dos órgãos políticos do Egito, a Irmandade controlou a escolha dos integrantes da Assembleia Constituinte, e declarou que o Egito deveria ser um estado democrático com base islâmica.

A Irmandade é organizada em um sistema hierárquico. No topo se encontra o Guia Geral e abaixo dele o Conselho de Orientação, que é composto por até 19 membros. Para a escolha do Guia Geral e dos membros do Conselho de Orientação, existe o Conselho Shoura, composto por até 90 membros que são escolhidos pelos membros dos Conselhos Regionais do país. Na base da hierarquia estão os membros restantes da Irmandade, que fizeram o juramento de ouvir e obedecer à liderança dos superiores.

A Irmandade Muçulmana é um grupo que oficialmente se declara democrático e contra qualquer tipo de violência, porém, grupos ligados a ela, como a Al Qaeda, o Hamas e o Taliban, já tiveram relação com acontecimentos classificados como ataques terroristas. Atualmente, a Irmandade é classificada em alguns países, como no próprio Egito, como um grupo terrorista. (BBC, 2013)

## 2. Morsi no poder

### 2.1. A crise do governo Mubarak

Em 2011, houve a chamada Primavera Árabe. Um dos países em que houve as manifestações e a busca por um governo realmente democrático foi o Egito. Na época, o presidente era Hosni Mubarak.

Os protestos começaram com grupos de jovens pela internet que incluíam liberais, anticapitalistas, feministas e islâmicos. As principais queixas feitas pela população eram relacionadas à alta agressividade policial, à falta de eleições livres, à falta de liberdade de expressão e o grande índice de corrupção política.

A internet era a plataforma de comunicação da população. Os debates eram feitos e discutidos e os protestos eram organizados e marcados por meio da internet. O governo decidiu então derrubar as linhas que liberavam a internet para a população, impedindo-a que tivesse acesso a esta e bloquear os sinais de celular. (SALEH, 2011)

Os manifestantes começaram a pressionar o governo. Durante os protestos, a capital, Cairo, era vista como uma zona de guerra. A força de segurança do Egito, que estava nas ruas para conter os manifestantes, foi substituída por tropas militares. Muitos foram gravemente feridos e mortos nos protestos. “Autoridades da área da saúde afirmam que pelo menos 38 pessoas morreram no Egito desde que os protestos tiveram início, na última terça-feira [25 de janeiro].” (SALEH, 2011)

Em meio as tensões, Mubarak enfrentou mudanças na estrutura da política interna. O gabinete de governo renunciou às suas tarefas. Frente a isso, Mubarak nomeou Omar Suleiman, seu então chefe da Inteligência, como seu vice-presidente, cargo o qual ficou vago por 31 anos. Assim, no dia 28 de janeiro de 2011, Mubarak implementou um toque de recolher, que não permitia que a população saísse para as ruas depois das 16 horas, podendo sair somente às 8 horas da manhã do dia seguinte. “As forças armadas do Egito alertaram que aqueles que violarem o toque de recolher estarão em perigo. Foi emitido um comunicado pedindo que as pessoas não façam saques e que não promovam o caos.” (SALEH, 2011)

Como uma tentativa de acalmar a população, Mubarak fez um discurso, ainda no dia 28 de janeiro de 2011, para a televisão, oferecendo concessões. “O discurso de Mubarak ocorreu enquanto milhares de manifestantes desafiavam um toque de recolher imposto no país nesta sexta-feira, apesar da presença de militares nas ruas.”



(SALEH, 2011). Fez promessas de reformas políticas, e dizendo que não iria se candidatar para as próximas eleições, mas que, no entanto, continuaria no cargo até que o próximo candidato eleito tomasse posse. “Na noite de sexta-feira [28 de janeiro], Mubarak fez o primeiro pronunciamento desde o início da onda de manifestações. No discurso transmitido pela televisão, Mubarak anunciou a dissolução do governo.” (SALEH, 2011)

Com a transmissão de Mubarak na televisão, a violência nos protestos aumentou em grande escala, gerando maiores brigas entre seus aliados e seus opositores, dentre eles, a Irmandade Muçumana. Além disso, houve uma grande onda de revolta e violência por parte dos manifestantes a favor do governo e contra os jornalistas e repórteres que estavam na região, principalmente contra a mídia estrangeira.

Após esse episódio, a população se reuniu na praça de Tahrir, que fica no centro de Cairo, e lá se manteve protestando até a sexta-feira, dia 4 de fevereiro de 2011, que totalizou onze dias de protestos ininterruptos. Juntos, os manifestantes oraram e pressionaram para que Mubarak renunciasse. Esse dia foi batizado pela oposição como o Dia de Saída. Apesar de não ter sido o dia de renúncia de Mubarak, foi um dia decisivo para os egípcios pois, foi quando o então ministro da Defesa, Mohamed Tantawi foi à praça negociar. (G1, 2011)

O ministro pediu para que houvesse diálogo entre o governo e a oposição, principalmente com o grupo Irmandade Muçumana, que se tornou um dos grupos mais importantes no processo. “O ministro reiterou o pedido dos principais líderes do país a um diálogo com a oposição e citou especialmente o Guia Supremo da Irmandade Muçulmana - o grupo mais articulado dos adversários de Mubarak - Mohamed Badi” (G1, 2011)

No dia 11 de fevereiro de 2011, o presidente Hosni Mubarak faz então um pronunciamento, no qual anuncia sua renúncia ao cargo de presidente.

Após a saída de Mubarak, o poder passou para o Conselho Supremo das Forças Armadas do Egito – SCAF. No dia 13 de fevereiro de 2011, o chefe do SCAF, Mohamed Tantawi anunciou que suspenderia a constituição e dissolveria as duas câmaras do parlamento. Ainda, que as forças armadas governariam por 6 meses, até que as eleições pudessem ser realizadas.

## 2.2. Candidatura e vitória de Mohamed Morsi

Mohamed Morsi era tido como um candidato substituto caso algo ocorresse com Khairat el-Shater, o principal candidato do Partido da Liberdade e da Justiça e também um dos líderes da Irmandade Muçulmana. Khairat el-Shater ficou preso por 12 anos durante o governo de Mubarak porque tinha envolvimento com a Irmandade Muçumana.

Desde a queda de Mubarak, el-Shater se tornou influente e importante no cenário político egípcio. Ficou responsável pelo tesouro da Irmandade Muçumana e ajudou o grupo a negociar com os militares, diplomatas, investidores internacionais e até mesmo com o FMI. (KNELL, 2012)

Khairat el-Shater era considerado o candidato ideal porque tinha grande popularidade entre os aliados e uma história de luta, já que havia sido preso no governo de Mubarak por militar a favor da Irmandade Muçumana e dos princípios islâmicos (KNELL, 2012). Porém, em uma reviravolta, a Irmandade decidiu não o nomear para concorrer à presidência do Egito pelo grupo, o que foi considerado um erro por parte dos integrantes. No lugar de el-Shater, a Irmandade Muçumana indicou Mohamed Morsi.

Um ex-vice-líder da Irmandade Muçumana, Mohammad Habib, foi citado no site de notícias Masrawy descrevendo o resultado como um “erro fatal” que viria a “fazer o grupo perder a credibilidade e ampliar as distancias entre a Irmandade Muçumana e a opinião pública”. Muitos membros jovens e reformistas do grupo também se mostraram desapontados. [Tradução livre] (KNELL, 2012)

Mohamed Morsi foi uma grande surpresa para todos. Era o candidato surpresa e sem muito carisma. Além disso, Morsi não era amplamente conhecido e não tinha o apoio de grande parte dos integrantes da Irmandade.

Este engenheiro de 60 anos [Morsi], diplomado em uma universidade nos Estados Unidos, tem o apelido de “estepe” porque substituiu no último minuto o candidato previsto, Khairat al-Shater,

cuja candidatura foi invalidada por uma condenação durante a presidência de Mubarak. (ATRUSH, 2012)

Mohamed Morsi é um engenheiro egípcio nascido em 1951 na cidade de Sharqiya, no delta do Nilo. Em 1982 concluiu um doutorado na Universidade da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, onde também atuou como professor auxiliar. Morsi começou sua vida política como militante de um grupo anti-israelenses, o Comitê de Resistência do Sionismo e depois acabou se associando à Irmandade Mulçumana.

Morsi foi eleito deputado em 2000 e acabou sendo reeleito em 2005. Em 2010, passou a ser membro do gabinete político e porta-voz da Irmandade. Ainda em 2010, Morsi passou a ser o presidente do Partido da Liberdade e da Justiça. Em janeiro de 2011, pouco depois da revolta popular ter começado, foi preso por conspiração. (ATRUSH, 2012)

Um dos motivos pelo qual a Irmandade Mulçumana optou por Mohamed Morsi para concorrer à presidência foi o fato de ele ser o candidato mais favorável a ter relações coesas com Washington (ATRUSH, 2012). Além de ter vivido nos Estados Unidos, dois dos cinco filhos do candidato nasceram lá e têm nacionalidade americana.

Para atrair eleitores, Morsi apelava para os políticos liberais e as minorias. “Mursi, [sic] sem grande carisma, aparecia nos cartazes eleitorais com um terno azul e um olhar tímido ao lado de várias pessoas, entre elas uma mulher com niqab (véu integral) e um padre copta.” (ATRUSH, 2012)

Durante a campanha, Morsi começa a ganhar confiança em seus discursos e passa a ganhar aliados. Os integrantes da Irmandade Mulçumana também o apoiam, o que ajuda a ganhar mais aliados, já que a Irmandade tem uma base grande de militantes. Atrush (2012) afirma que a Irmandade Mulçumana era considerada “[...] a força política mais importante e mais bem organizada do país”.

Em junho de 2012, Mohamed Morsi é oficialmente anunciado como vencedor da eleição presidencial pela comissão com cerca de 51% dos votos, assumindo o poder de presidente no dia 30 de junho de 2012. Morsi foi o primeiro candidato a ser eleito no Egito para o cargo de chefe de Estado pelo partido Irmandade Mulçumana, além de ser também o primeiro civil e o primeiro islamita a ocupar o cargo. (G1, 2014)

Morsi declarou que como presidente, construiria um Estado democrático, civil e moderno, para garantir a liberdade de religião e o direito de protesto pacífico. “Após sua vitória em junho de 2012, ele disse na praça Tahir que seria ‘o presidente de todos dos egípcios’ e o garantidor dos ideais democráticos da revolta que derrubou Mubarak.” (PRESSE, 2013)

Além disso, em seu discurso de aceitação ao cargo, afirmou que preservaria as conquistas da revolução que havia recentemente acontecido e que respeitaria as diferentes religiões dentro do Egito.

Prometendo preservar as conquistas da “revolução”, garantir os direitos da minoria cristã e não obrigar as mulheres a utilizar o véu, Mursi [sic] multiplicou as garantias para conquistar apoio fora dos islamitas. Também prometeu “servir a todos os egípcios”, seja qual for sua opção política ou religiosa (ATRUSH, 2012)

### 3. O governo de Morsi

Mohamed Morsi assume a presidência do Egito no dia 30 de junho de 2012. Morsi, como presidente do Egito, era como um sonho que se tornou realidade para a população egípcia. Era um presidente eleito democraticamente que simbolizava a esperança de uma nova era. Passava a imagem de um presidente que respeitava as minorias e as diferenças, principalmente religiosa.

O candidato da Irmandade Muçulmana Mohamed Mursi [sic], que assumiu neste sábado [30/6/2012] o cargo de presidente do Egito, quer apagar sua imagem de islamita declarado e se apresentar como símbolo da mudança e da rebelião que acabou com a presidência de Hosni Mubarak. (ATRUSH, 2012)

Em seu discurso de posse, Morsi afirmou “Hoje, o povo egípcio estabeleceu as bases de uma vida nova, de uma liberdade total, de uma verdadeira democracia” (ATRUSH, 2012). Ele era o novo símbolo da esperança do país. O novo presidente representava a expectativa de um país verdadeiramente democrático e respeitoso.

O início do governo foi tranquilo, até que em 12 de agosto, Mohamed Morsi afastou o ministro da defesa, Hussein Tantawi, que adquiriu o cargo após a derrubada de Mubarak.

No início deste ano, a maioria dos analistas no Egito considerava o Marechal de Campo Hussein Tantawi a figura chave na política daquele país e o Presidente Mohamed Morsi como peso leve, assim sendo, foi uma grande surpresa quando Morsi demitiu Tantawi em 12 de agosto de 2012. É uma questão crucial porque Tantawi teria mantido o país longe das mãos dos islamistas, ao passo que Morsi está encaminhando rapidamente o país para a aplicação da lei islâmica. Caso Morsi tenha êxito, teremos como consequência consideráveis implicações negativas quanto ao status dos Estados Unidos na região. (PIPES; FARAHAT, 2012)

Pipes e Farahat (2012) acreditam que Tantawi tratava Morsi como um presidente de fachada, e que, na realidade, quem exercia o cargo era ele. Portanto,

Tantawi, desde a escolha dos candidatos à presidência, apoiou Morsi. “Tantawi, então verdadeiro governante do Egito, escolheu Morsi a dedo para ser presidente, acreditando ser ele a opção mais segura, alguém que poderia ser manipulado ou (se necessário) substituído.” (PIPES; FARAHAT, 2012)

Tantawi passou a demonstrar interesse em derrubar Morsi e, junto a seu porta-voz, Tawfik Okasha, passou a organizar uma grande manifestação da população em prol de seus interesses. Marcou então a manifestação para o dia 24 de agosto de 2012, porém, Morsi, se adiantou e tomou providências no dia 12 de agosto. (PIPES; FARAHAT, 2012) “Tarek al-Zomor, um respeitado jihadi e defensor de Morsi, reconheceu que a ‘substituição de Tantawi por Sissi tinha como objetivo impedir um golpe’ admitindo publicamente a necessidade urgente de Morsi agir antes de 24 de agosto.” (PIPES; FARAHAT, 2012)

Além da derrubada de Tantawi, Morsi também suspendeu os privilégios políticos dos militares, que tinham muita influência e força dentro do Egito. Essa ação prevenia que os militares tivessem forças para se levantar contra ele. No lugar de Hussein Tantawi, o presidente nomeou o Abdel Fattah al-Sissi, o então chefe dos serviços de inteligência militares.

O presidente conseguiu prevenir seu golpe de Estado pois havia uma grande rede de aliados à Irmandade Muçumana. Dentre esses aliados, estavam militares próximos a Tantawi, que souberam de seus planos e alertaram Morsi através da Irmandade. “O número de oficiais militares favoráveis à Irmandade era muito maior e mais poderoso do que se imaginava anteriormente: eles tinham conhecimento do plano conspiratório de 24 de agosto e ajudaram Morsi a esvaziá-lo.” (PIPES; FARAHAT, 2012)

No dia 22 de agosto, Mohamed Morsi, a partir de um decreto oficial, ampliou seus poderes como chefe de Estado e se colocou acima de qualquer lei e jurisdição egípcia. A medida veio logo depois da tentativa fracassada de Tantawi pressioná-lo para que ele saísse do cargo. A população não aprovou a medida, mas o descontentamento não gerou manifestação nas ruas.

Ainda em agosto, no dia 30, Morsi consegue que um projeto de constituição com base no islã seja aprovado. O texto que compõe o projeto foi aprovado às pressas

por uma Assembleia Constituinte de maioria islamitas, já que houve um boicote geral dos políticos que eram contra.

Tal projeto havia sido boicotado pelos opositores de esquerda, os opositores cristãos e pelos opositores laicos. “A oposição laica, de esquerda e liberal, se queixa de um texto adotado apressadamente por uma comissão dominada por islâmicos, que abre a porta para interpretações do islã e oferece poucas garantias de liberdade.” (G1, 2014)

Com a aprovação desse projeto de constituição e junto à desaprovação do decreto oficial de 22 de agosto, a população se revolta e vai às ruas. Novos protestos acontecem, regados a violência. “A decisão de Morsi provoca uma série de protestos, que causaram violentos confrontos entre opositores e partidários do regime.” (G1, 2014)

Os protestos se mantiveram, e, em 5 de dezembro havia o relato de pelo menos 5 mortos e centenas de feridos (G1, 2014). No dia 8 de dezembro, Mohamed Morsi decide abandonar o decreto oficial que havia feito dia 22 de agosto, abrindo mão de se colocar acima das leis. Contudo, não desiste do projeto de constituição islâmica.

Em 15 de dezembro, houve o início do referendo popular do projeto da constituição. Nesse dia, apenas algumas províncias do Egito votariam, e as demais, somente dia 22 de dezembro. A decisão de dividir o referendo popular ocorreu por razão de boicote de alguns juízes, que supervisionariam as eleições. “O referendo foi dividido em dois dias devido ao boicote de grande parte dos juízes egípcios, que por lei são quem tem a tarefa de supervisionar as eleições.” (LUSA, 2012)

Os locais em que houve o primeiro turno do referendo foram: Alexandria, Assiut, Assuã, Dakahlia, Garbiya, Sharquiya, Sohag, Sinai do Norte, Sinai do Sul e algumas províncias do Cairo. Nesse dia, aproximadamente 26 milhões de eleitores compareceram na votação, apesar das manifestações e do boicote geral que tomava conta do país. (G1, 2014)

No total, 26 milhões de pessoas, que representam pouco mais da metade do eleitorado, estão convocadas para votar hoje [15/12/2012], segundo a televisão estatal, que mostrou imagens dos eleitores aguardando em filas antes de depositar as cédulas nas urnas. Outras 17 províncias votarão no dia 22 de dezembro. [...] O

referendo foi precedido por várias semanas de manifestações que levaram a confrontos entre opositores e apoiadores do presidente egípcio Mohamed Morsi e do movimento islâmico da Irmandade Muçulmana, da qual o presidente pertence. (G1, 2014)

As votações ocorreram de forma tumultuada. Vários manifestantes ainda protestavam e usavam cada vez mais da violência. O exército teve que ser colocado nas ruas para garantir a segurança de quem iria votar. “Cerca de 120 mil soldados foram chamados como reforços para ajudar os 130 mil policiais a garantir a segurança durante a votação.” (G1, 2014)

No segundo dia de votação do referendo, aproximadamente 25 milhões de pessoas foram às urnas. Votaram as 17 províncias egípcias restantes. Dentre elas estão Guizé, Mar Vermelho, Minia, Qaliubia, Suez e Port Said. (LUSA, 2012)

As províncias que votaram no dia 22 de dezembro são consideradas as províncias mais conservadoras do país. A votação, assim como a que aconteceu antes, ocorreu em meio a grandes protestos. Novamente, o exército foi colocado nas ruas para garantir a segurança da população.

Dentre os eleitores que votaram a favor do projeto, foi afirmado que, para eles, o Egito já estava há muito tempo sem uma estabilidade política e que a nova constituição a traria. Já entre os que votaram contra, acreditavam que a nova constituição não trazia textos que protegiam a liberdade religiosa, liberdade de expressão, respeito aos direitos humanos, das mulheres e da minoria e, colocava muito poder nas mãos dos políticos islâmicos e da Irmandade Muçumana. (BBC, 2012b)

“Estamos em crise há tampo tempo, estamos esgotados”, afirmou à Associated Press a egípcia Hanaa Zaki, que votou "sim" para, como muitos, tentar viver em estabilidade após meses de protestos e revolução. Já entre os que rejeitam os termos da Carta, o temor é de excessivo poder aos islamitas, em detrimento de cristãos e seculares. Muitos alegam também que o texto não oferece proteções às liberdades religiosa e de expressão e respeito aos direitos humanos, motivações que estiveram por trás da derrubada de Mubarak. (BBC, 2012b)



Houve um grande boicote popular ao referendo. A população que praticou o boicote acreditava que esse tipo de protesto poderia fazer o presidente desistir do projeto. “Segundo os dados oficiais, a abstenção nas duas rodadas de votação - em dois sábados consecutivos - foi de cerca de 70%.” (BBC, 2012b). Portanto, grande parte de quem votou era a população islâmica egípcia, que acreditava que a nova Constituição embasaria um novo Egito.

Alguns acreditam que, sendo o projeto aprovado ou não, o resultado final do referendo irá gerar confusão e manifestações. Assim, se o projeto fosse rejeitado, haveria manifestações da população que era favorável, e, do contrário, se o projeto fosse aprovado, haveria a manifestação por parte da oposição. “Muitos temem que, mesmo terminado o pleito, apoiadores e detratores da Irmandade Muçulmana protagonizem novas cenas de violência.” (BBC, 2012b)

Ainda no segundo dia do referendo, o então vice-presidente, Mahmud Mekki, anunciou sua renúncia ao cargo. Mekki afirmou que havia terminado sua missão de servir ao Egito. Além disso, juiz de carreira, afirmou que a política não combina com sua formação jurídica. (LUSA, 2012)

Mekki já havia apresentado uma carta de demissão ao presidente Morsi em 7 de novembro de 2012. Nessa época, Morsi ainda tinha seus poderes expandidos e decidiu não aceitar a renúncia de Mekki, afirmando que o país precisava de estabilidade em um momento de preocupação política. Mekki também demonstrava frustração com o grande poder que Morsi havia liberado para si e que quase não era procurado pelo presidente. “Mahmoud Mekki é considerado um dos juízes mais importantes do Egito. Segundo a correspondente da BBC no Cairo, Shaimaa Khalil, tudo indica que ele estava insatisfeito com o excesso de poder de Morsi e com o fato de não ser consultado em temas-chave.” (BBC, 2012a)

Ainda no dia 22 de dezembro, foi divulgado que o projeto de constituição seria aprovado, de acordo com análise feita em boca de urna pela Irmandade Muçulmana. Essa notícia gerou grande comoção e, novamente, agravou as manifestações.

A nova constituição foi oficialmente aprovada, com 63,7% de votos favoráveis, no dia 25 de dezembro de 2012. Isso revoltou mais ainda a população, que continuou protestando e seguiram até a praça Tahrir. “Mais cedo nesta terça, apoiadores e

opositores do governo se reuniram na praça Tahrir, no Cairo. Mulheres cortaram cabelo em protesto contra a nova constituição. ” (G1, 2012)

Junto aos protestos causados pela aprovação da nova constituição, os grupos políticos de oposição afirmaram que houve fraude no referendo. Dentre os problemas apresentados pelo grupo de opositores, estavam portões de locais eleitorais abrindo em horário sem ser o oficial e grupos islamitas influenciando os eleitores. “[...] a Frente de Salvação Nacional pediu que a comissão eleitoral do país investigasse ‘irregularidades’ no referendo que, de acordo com os opositores, foi marcado por ‘fraudes e violações’” (UOL, 2012)

No dia 25 de janeiro de 2013, aniversário do início da revolta que pôs fim ao governo de Mubarak, ocorrem manifestações por todo o país. De janeiro a março desse ano, o Egito fica marcado por intensas manifestações violentas entre os opositores e os pró-governo Morsi. Enquanto milhares de pessoas protestam, centenas acabam mortas ou feridas.

O Egito começa a enfrentar episódios de violência causados por diferenças religiosas. No dia 7 de abril, um grupo de manifestantes mulçumanos ataca a Catedral da Igreja Ortodoxa Copta, no Cairo, durante um funeral, deixando 4 cristãos feridos. Depois disso, 4 xiitas foram espancados até a morte na periferia de Cairo. (IG, 2013)

Em junho, a poder judiciário decide invalidar a Câmara alta, também conhecida como Conselho de Shura, ou Senado, declarando a lei que permitiu a eleição para composição deste como inconstitucional. Isso viabilizou a dissolução da Câmara Alta, que exercia todo o poder legislativo do país. A nova constituição, que havia sido redigida pelos membros do senado, passou a ser ilegal. A câmara alta era comandada pela Irmandade Mulçumana. O presidente Morsi reage dizendo que o Senado continuaria legislando.

No final de junho, o Ministro da Defesa, General al-Sissi convoca os militares para intervirem no governo de Morsi antes que tenha início uma guerra civil no Egito. “Ministro da Defesa declara que ‘as Forças Armadas têm o dever de intervir para impedir o Egito de mergulhar em um conflito’, na véspera do primeiro aniversário da eleição de Morsi.” (G1, 2014)

Enquanto isso, grande parte dos egípcios se organiza para pedir a renúncia do presidente. Ocorrem manifestações em todo o país contra o presidente.

A multidão ocupa as ruas do Cairo e de muitas outras cidades, gritando ‘O povo quer a queda do regime’, mesmo lema do início de 2011 contra o governo de Hosni Mubarak. Pelo menos dezesseis mortes no país, incluindo oito em confrontos entre manifestantes favoráveis e contrários a Morsi no Cairo.

No dia 1º de julho, a oposição impõe que Morsi renuncie e convoca os militares para o lado deles. Já os militares, colocam um prazo de 48 horas para que o presidente saia. Morsi não renuncia e, em 3 de julho o exército egípcio derruba Mohamed Morsi. O exército anuncia que a presidência será assumida pelo líder da Suprema Corte Constitucional, Adli Mahmud Mansour. “O presidente da Suprema Corte Constitucional, o juiz Adli Mansour, tomaria posse "por um período transitório até que um novo presidente seja eleito". Seria formado, ainda, um governo tecnocrático com plenos poderes para administrar a transição” (BBC, 2013)

Morsi acabou sendo preso pelos militares. Foi julgado e considerado culpado por crimes como uso da violência, planejamento de fugas, sequestros de oficiais e assassinato de policiais. Hoje acumula penas como prisão perpétua, 20 anos de prisão e pena de morte, que acabou sendo anulada.

Nas semanas após a destituição do presidente, dezenas de milhares de manifestantes islâmicos foram assassinados, presos e condenados à morte (PRESSE, 2016). Durante o governo de Morsi, a quantidade de mortes foi um recorde na história do Egito, com milhares de centenas de casos.

## CONCLUSÃO

A partir da análise da história da Irmandade Mulçumana, é possível compreender melhor as características que moldam o grupo. Em especial, durante o recorte temporal aqui tratado, fica claro que a Irmandade Mulçumana, uma vez no poder, procurou sempre aumentá-lo progressivamente.

A Irmandade se caracteriza como um grupo democrático, porém na prática, não foi o que demonstrou ser. Durante a gestão do presidente Morsi, a Irmandade foi aos poucos, junto ao político, implementando leis baseadas no islamismo para toda a população egípcia, independente da crença dessas pessoas.

Nem mesmo no ápice das manifestações contra Morsi, a Irmandade não o aconselhou e nem acreditava que largar o projeto e a Constituição poderia resolver o problema. A Irmandade, com base em seus atos, pode ser classificada como um grupo autoritário. Afinal, o objetivo do grupo sempre foi implementar as leis do islã como base para o governo do Egito, independente da vontade das pessoas, e foi isso o que procurou fazer.

Não ter se preocupado devidamente com a reação de alguns setores da sociedade egípcia foi um erro primário cometido pela Irmandade Mulçumana, sobretudo com relação aos militares. Além disso, muitas pessoas estavam mobilizadas desde a época da queda de Mubarak, o que criou um clima propício para contestações contra a tentativa de Morsi e da Irmandade de suprimirem liberdades civis a partir de pressupostos religiosos.

Assim como Morsi, Hosni Mubarak não conseguiu prever a revolta popular se formando. Mesmo sendo um expoente de destaque nas forças armadas, sua situação ficou insustentável, abrindo caminho para revoltas generalizadas. Inicialmente, Mubarak foi importante para manter a estabilidade do país e as relações especiais com os Estados Unidos, sendo um contraponto a movimentos extremistas, como a própria Irmandade.

Porém, com o aumento dos protestos populares e da violência policial que se seguiu nas ruas e a revelação dos elevados índices de corrupção política, os protestos começaram a ser formar, cada vez maiores e mais intensos, até o ponto de total inviabilidade de seu governo.

Já Morsi cometeu erros que também poderiam ter sido evitados se ele tivesse analisado o caso de Mubarak. Ao implementar a constituição com base no islã, Morsi não assegurou o direito à liberdade de expressão, seja cultural ou religiosa, o que mais uma vez desagradou a população.

Como uma espécie de guardiões do Estado egípcio os militares resolveram agir. Na verdade, as manifestações populares, que contaram com mobilizações promovidas via internet e redes sociais, permitiram que os militares intervissem e derrubassem o governo Morsi com a desculpa de estarem preservando a democracia, ameaçada pelo avanço das leis religiosas. É de se notar que nem Morsi e nem os militares tinham real compromisso com a democracia.

Mohamed Morsi, desde o princípio apareceu como um líder de fachada. Isso é, ele era apenas uma figura que transmitia os pensamentos da Irmandade Mulçumana, grupo que realmente governava o Egito.

Desde a análise do perfil de Morsi até sua escolha como candidato pela Irmandade, é notável que a própria Irmandade procurou o melhor candidato para controlar, e não o que melhor lideraria o Egito. Caso contrário, a Irmandade teria indicado Khairat el-Shater para o cargo, que era o mais cotado.

Morsi perdeu o controle sobre a população e até mesmo sobre os políticos e os militares. Seus então aliados passaram para o lado da oposição e Morsi teve que sair. Morsi errou quando não procurou ajuda, nem mesmo de seu vice-presidente, e confiou cegamente nos conselhos que a Irmandade Mulçumana lhe dava.

Enquanto presidente, Morsi não parecia saber o que estava fazendo e suas ações pareciam a de alguém que estava seguindo ordens. Pode ser por isso que ele não procurava seus aliados para conselhos e sugestões.

Morsi, apesar de tudo, se mostrou um homem orgulhoso e que não cederia tão facilmente. Por isso, decidiu não renunciar e, também por isso, foi tirado a força do poder pelos militares.

O Egito, em meio a toda essa confusão, não conseguiu o que reivindicava desde o princípio. A democracia tão desejada pelos egípcios não foi alcançada. O Egito seguiu com um governo instável.

No recorte temporal analisado, é possível perceber que a Primavera Árabe e as revoltas populares durante os governos Mubarak e Morsi não atingiram o seu objetivo.

Ou seja, a democracia egípcia, tão esperada pelas pessoas que saíram às ruas, não passou de um ensaio, com um melancólico e enviesado governo eleito, que apenas governou por pouco mais que um ano, até se perder diante do proselitismo religioso e ser deposto pelos militares, que voltaram a comandar o país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA LUSA. **Segundo turno do referendo sobre nova Constituição acontece neste fim de semana.** EBC, 2012. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/12/segunda-turno-do-referendo-sobre-mudancas-na-constituicao-acontece>> Acesso em: Janeiro de 2017

AL JAZEERA. **Egypt dissolves former ruling party.** Al Jazeera, 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/04/2011416125051889315.html>> Acesso em: Janeiro de 2017

ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1966 – Presidente egípcio ordena execução de Sayyid Qutb, ideólogo da Irmandade Muçulmana.** Ópera Mundi, 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/37608/hoje+na+historia+1966++presidente+egipcio+ordena+execucao+de+sayyid+qutb+ideologo+da+irmandade+muculmana.shtml>> Acesso em: Março de 2017

ALVAREZ, Lucina. **Entenda o que é a Irmandade Muçulmana.** IG, 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/2013-07-10/entenda-o-que-e-a-irmandade-muculmana.html>> Acesso em: Fevereiro de 2017

ATRUSH, Samer Al. **Mohamed Mursi, da Irmandade Muçulmana, presidente do Egito.** Veja, 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/mohamed-mursi-da-irmandade-muculmana-presidente-do-egito/>> Acesso em: Janeiro de 2017

BBC. **Dividido, Egito conclui referendo constitucional.** BBC Brasil, 2012a. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/12/121220\\_egito\\_referendo\\_pai.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/12/121220_egito_referendo_pai.shtml)> Acesso em: Fevereiro de 2017

BBC. **Egito aprova nova Constituição, indicam projeções.** BBC Brasil, 2012b. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/2012/12/121223\\_egito\\_referendo\\_aprova\\_rw.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/2012/12/121223_egito_referendo_aprova_rw.shtml)> Acesso em: Fevereiro de 2017

BBC. **Entenda: o golpe no Egito.** BBC Brasil, 2013. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130704\\_egito\\_perguntas\\_respostas\\_bg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130704_egito_perguntas_respostas_bg)> Acesso em: Janeiro de 2017

FERNANDES, Cláudio. **História da Irmandade Muçulmana.** UOL História do Mundo, 2017. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/historia-irmandade-muculmana.htm>> Acesso em: Dezembro de 2016

FOLHA DE S.PAULO. **Após 30 anos no poder, ditador Hosni Mubarak renuncia no Egito.** Folha de S.Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/02/873730-apos-30-anos-no-poder-ditador-hosni-mubarak-renuncia-no-egito.shtml>> Acesso em: Dezembro de 2016

G1. **Egito prepara mais protestos no 'Dia da Saída' convocado contra Mubarak.** G1 Mundo, 2011a. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/egito-prepara-mais-protestos-no-dia-da-saida-convocado-contramubarak.html>> Acesso em: Fevereiro de 2017

G1. **Entenda a crise política no Egito.** G1, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2013/07/entenda-crise-politica-no-egito.html>> Acesso em: Janeiro de 2017

IG. **Entenda a crise que levou à queda do governo Morsi no Egito.** IG, 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/2013-07-03/entenda-a-crise-que-levou-a-queda-do-governo-morsi-no-egito.html>> Acesso em: Janeiro de 2017

G1. **Entenda a sharia, lei islâmica que vai ser adotada na Líbia pós-Kadhafi.** G1, 2011b. Disponível em: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/10/entenda-sharia-lei-islamica-que-vai-ser-adotada-na-libia-pos-kadhafi.html>> Acesso em: Março de 2017

G1. **Nova Constituição é aprovada no Egito, aponta contagem oficial.** G1, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/12/nova-constituicao-e-aprovada-no-egito-aponta-contagem-oficial.html> > Acesso em: Fevereiro de 2017

KNELL, Yolande. **Egypt candidate: Muslim Brotherhood's Khairat al-Shater.** BBC News, 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-17583661>> Acesso em: Fevereiro de 2017

LOPES, Margarida Santos. **Perfil Sayyid Qutb: o ideólogo da "jihad".** Público, 2011. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/02/02/mundo/noticia/sayyid-qutb-o-ideologo-da-jihad-1478217>>. Acesso em: Fevereiro de 2017

PIPES, Daniel; FARAHAT, Cynthia. **Como Morsi Tomou o Poder no Egito,** The Washington Times, 2012. Disponível em: <http://pt.danielpipes.org/12207/morsi-tomou-poder-egito>> Acesso em: Fevereiro de 2017

PRESSE, France. **Ex-presidente egípcio Morsi é condenado de novo à prisão perpétua.** G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/ex-presidente-egipcio-morsi-e-condenado-de-novo-prisao-perpetua.html>> Acesso em: Fevereiro de 2017

REUTERS. **Mubarak to be tried for murder of protesters.** Reuters, 2011. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-egypt-mubarak-idUSTRE74N3LG20110524>> Acesso em: Janeiro de 2017

RUBIN, Barry. **The Muslim Brotherhood: The Organization and Policies of a Global Islamist Movement.** 1º ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.



**TERRA. O islamita Mohammed Mursi, primeiro presidente civil do Egito em 60 anos.** Terra, 2017. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/mundo/o-islamita-mohammed-mursi-primeiro-presidente-civil-do-egito-em-60-anos,2c589327b0cda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: Janeiro de 2017

**UOL. Oposição do Egito afirma que houve fraude em referendo.** UOL, 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/12/23/oposicao-do-egito-afirma-que-houve-fraude-em-referendo.amp.htm>> Acesso em: Março de 2017

**VEJA. Justiça do Egito pode anular nova constituição do país.** Veja Mundo, 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/justica-do-egito-pode-anular-nova-constituicao-do-pais/>> Acesso em: Fevereiro de 2017

**ZOLLNER, Barbara. The Muslim Brotherhood: Hasan al-Hudaybi and ideology.** 1º ed. Nova Iorque: Routledge, 2009.